



2017/10/22

De novo, o Iraque

Alexandre Reis Rodrigues

Por cerca de três meses - entre a tomada de Mosul¹ em julho, para expulsar as forças do ISIS, e o final de setembro -, o Iraque manteve-se fora das primeiras páginas do noticiário internacional. Para um país que, pelas piores razões, tem mantido um lugar quase fixo parecia ser um bom indicador.



Confirmava a consolidação da tendência de alguma estabilização, quer no campo da economia, quer ao nível social, com melhor observação de direitos humanos, menor violência entre comunidades, recuperação da soberania perdida para o ISIS, etc. Tinha implícito um sinal de esperança, não obstante a continuidade de vários problemas estruturais (corrupção generalizada, economia excessivamente dependente do petróleo, etc.) que não permitem retirar o país do grupo de "estados frágeis".

No entanto, foi - o que costumamos designar - uma espécie de "sol de pouca dura". Voltou-se a uma crise muito séria com o referendo para a independência das zonas de influência curda, realizado a 25 de setembro por iniciativa de Masoud Barzani, Presidente do Governo Regional do Curdistão, que se mantém ilegalmente no poder desde 2015 (ano em que terminou o seu mandato). Este desenvolvimento, levou o primeiro ministro a iniciar a 16 de outubro uma intervenção militar em Kirkuk e zonas estratégicas contíguas, incluindo os campos petrolíferos, o aeroporto internacional e uma base aérea. Todos estes espaços estavam fora do controlo do governo central, desde junho de 2014, quando os *peshmergas* curdos, aproveitando o caos criado pelo ISIS e pelo colapso do Exército iraquiano, tomaram a área sob o seu controlo.

Haider al-Abadi, o primeiro ministro do governo iraquiano que, ao contrário do seu antecessor Nouri al-Maliki, beneficia de uma imagem de político "inclusivo" com algum sucesso na estabilização do país, nunca aceitou esta realidade como definitiva, mas foi esperando pelo momento apropriado para a tentar corrigir. Este surgiu com a realização do referendo e a reunião de diversas outras circunstâncias favoráveis: 1. O final da campanha de expulsão do ISIS que libertou as forças governamentais dessa missão; 2. A evidente melhor preparação do Exército iraquiano, pelo menos nalgumas unidades de elite ("*Golden Brigade*", a 9ª e a 16ª Divisões, etc.); 3. A unânime condenação internacional do referendo e das aspirações de independência; 4. O acentuar das rivalidades entre os dois principais partidos curdos (o *Kurdistan Democratic Party* (KDP) de Barzani e a *Patriotic Union of Kurdistan* (PUK) de Talibani), impedindo-os de colaborar entre si.

¹ Ver, por exemplo, "Lições de Mosul para as guerras do futuro", artigo publicado neste mesmo *site* a 17 de julho.

Graças a estas circunstâncias, a operação militar acabou por ficar facilitada, pelo menos na sua fase inicial, mas as escaramuças continuavam ainda hoje e, provavelmente, vão continuar. Ajudou o facto de os *peshmergas* do PUK terem retirado previamente, ao que consta através de um acordo com as forças governamentais sob pressão do Irão. Mas ao contrário destes, os do KDP estão a resistir e retaliar embora, inicialmente, tenham optado por retirar. Até que ponto continuarão a dar luta dependerá, possivelmente, da decisão de Bagdade limitar a intervenção às áreas que tinha sob o seu controlo direto antes de as perder para o ISIS ou se tenciona ir além, entrando no território que tem estado sob administração curda há mais de 25 anos, incluindo a capital Erbil.

O conflito tem todos os ingredientes para se agravar e prolongar no tempo, como aliás, tem sido habitual na região. Já começou por criar mais uma crise de populações deslocadas (60.000 segundo as Nações Unidas, 100.000 segundo o Governo regional). A força da identidade curda vai continuar a desencadear esforços para o objetivo final de ter o seu espaço. Os curdos são o maior grupo étnico sem estado próprio; 35 milhões espalhados por quatro países (Turquia, Irão, Síria e Iraque).

Será improvável, no entanto, que venham a ter o sucesso a que aspiram. A oposição internacional a esse desfecho e todos os obstáculos práticos que daí decorrerão diretamente serão um impedimento muito difícil de ultrapassar. Uma independência deixaria o "novo" país à mercê dos seus quatro vizinhos, todos opondo-se a esse final, e, muito provavelmente, sem acesso às principais organizações internacionais (ONU, FMI, Banco Mundial, etc.).

A Turquia será sempre um dos grandes obstáculos, não obstante o entendimento estratégico que estabeleceu com Barzani, abrindo-lhe as "portas do mundo" para as exportações de petróleo contra facilidades no combate aos curdos turcos do PKK que tentam encontrar no norte do Iraque algum "santuário". O Irão será também um ator importante a negar a aspiração. Já foi nas operações militares das forças governamentais iraquianas ao ajudarem na recuperação de Kirkuk com as unidades das "*Popular Mobilization Forces*" e com a retirada prévia dos *peshmergas* do PUK. Só a Síria é que, nas atuais circunstâncias, não se encontra em posição de ter uma postura prática.

Os EUA têm conseguido manter um bom relacionamento com as duas partes, beneficiando da postura pró-ocidental e pró-americana dos curdos, mas não apoiam a sua independência, muito menos a fragmentação do Iraque. Estão numa posição difícil de gerir, em especial pelo facto de se encontrarem do mesmo lado do Irão no apoio a Bagdade, mas precisarem de limitar a sua influência no Iraque. Também estão numa das piores fases do relacionamento com a Turquia, um ator incontornável do processo.

Que espaço resta para encontrar uma solução? O que é mais falado é o das Nações Unidas, reativando o processo levado a cabo pela *UN Assistance Mission in Iraq* (UNAMI) em 2008/2009 ao efetuar um trabalho detalhado de delimitação da região curda e avançar com sugestões de gestão partilhada dos recursos provenientes da indústria petrolífera. Em qualquer caso, as Nações Unidas não ofereceram mais do que as bases para uma sensata implantação do que prevê o artigo 140 da Constituição iraquiana.

Na verdade, é precisamente esse artigo que está no centro do conflito. E não é de agora. É um problema com dez anos. Vem desde 31 de dezembro de 2007, data limite que o seu texto estabelece para a realização de um referendo (antecedido por um censo) que dê oportunidade às populações, que vivem em Kirkuk e outras áreas

sob disputa, de escolherem entre ficarem ou não integradas na região curda. Ainda recentemente (abril deste ano), perante insistências de Talibani para a sua realização, misturadas com ameaças de declaração de independência, o Governo central argumentava contra, invocando falta de condições para a realização do censo e não delineando qualquer forma de lá chegar.

Esta resposta enfraquece a posição do primeiro ministro que invoca a Constituição para defender a intervenção militar («*I am required to act in accordance with the Constitution to protect all the Iraqi people and keep our country united*») mas não mantém a mesma determinação para respeitar o que estabelece o artigo 140.

Como chegar a um acordo será difícil. A ideia do próprio referendo suscita hoje algumas reservas dadas as alterações na composição demográfica porque tem passado a região, muitas delas organizadas propositadamente, ainda no tempo de Saddam, numa tentativa de esbater a sua identidade étnica. Kirkuk, por exemplo é hoje um aglomerado de comunidades que inclui, entre outros, curdos, "turkmen"², cristãos e árabes que precisam de encontrar uma forma aceitável de viver em paz. Em qualquer caso, antes do acordo, a prioridade é pôr termo às hostilidades e tentar lançar um processo de negociações. Nem uma coisa nem outra estão de momento à vista.

Uma nota final sobre uma possível onda de movimentos seccionistas em que esta crise se pode inserir e de que a Catalunha é o caso com que, compreensivelmente, Portugal mais razões tem para se preocupar. Obviamente, os pontos comuns são vários, mas, no campo legal do estrito cumprimento da Constituição, as duas situações são diametralmente opostas. Na Catalunha, quem falha é o Governo regional; no Curdistão é o Governo central.

² Grupo étnico turco, tradicionalmente muçulmanos nómadas.